

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 04 de agosto de 2017, e que detém, em 31 de dezembro de 2018, 54% das ações da Companhia. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra treze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde do segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retoma as operações a partir do segundo semestre de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Controladora e Consolidado, respectivamente, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2018 é: Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 99,91%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 33.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i)Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii)Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii)Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.12 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.15 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.17 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa nº 28). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.18 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 29.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties dos franqueados é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.21 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.22 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Em 2018, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2018. As principais alterações da Companhia são:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações. CPC 10 (R1).	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes. CPC 47	Estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	Vide abaixo.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. CPC 48	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	Vide abaixo.
Alterações à IAS 40- Transferências de	As alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades,	Não houve impacto significativo com a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Propriedade para Investimento. CPC 28	incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las.	adoção desta norma.
Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017)	Essas melhorias compreendem: - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Supressão de isenções de curto prazo para entidades que adotam as IFRS pela primeira vez; - IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures - Esclarecimento que mensura as investidas ao valor justo por meio do resultado é uma opção que considera investimento por investimento.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro - Alterações à IFRS 4	As alterações introduzem duas opções para as entidades que emitem contratos de seguro: uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 e uma abordagem de sobreposição.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.
Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação	A Interpretação esclarece que, ao determinar a taxa de câmbio à vista a utilizar no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou resultado (ou parte dele) relacionado na baixa de um ativo não monetário ou de um passivo não monetário relacionado a adiantamento de contraprestação, a data da transação será aquela em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.	Não houve impacto significativo com a adoção desta norma.

Em 01 de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes. A Companhia não identificou impactos significativos, quando da adoção destas normas.

A Companhia, conforme CPC 48 / IFRS 9, reconhece, mensura e classifica os ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros conforme segue:

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativo financeiro: são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes na IAS 39 (mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda).

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: o CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) e agora a Companhia reconhece por um modelo prospectivo de “perdas de crédito

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos Financeiros: São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As variações de valor justo dos passivos designados como VJR são apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em VJORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(ii) Classificação

Ativos Financeiros: São classificados em três categorias, (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mesurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Passivos Financeiros: são classificados em duas categorias, (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis da Companhia.

a) Normas vigentes a partir de 1º janeiro de 2019

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para períodos anuais a partir de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicáveis a</u> <u>períodos anuais com</u> <u>início em ou após</u>
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto	Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou <i>joint venture</i> , o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado.	Indeterminado

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(*joint venture*). CPC(*).

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil. CPC 06	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. Requer que os arrendatários contabilizem as demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de serviço de valor baixo.	01.01.2019
---	---	------------

IFRS 17 Contratos de seguro. CPC(*).	Norma contábil abrangente para contratos de seguros que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos mesmos. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo de contabilidade para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras. Comparado com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contábilísticas locais vigentes anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, tratando de todos os aspectos contábeis relevantes.	01.01.2021
--------------------------------------	--	------------

(*) O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a esse IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos alterações à IFRS 10 e à IAS 28 e IFRS 17 - Contratos de Seguro, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

(i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Durante o ano de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06(R2)/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas:

- i) Levantamento dos contratos;
- ii) Abordagem de transição;
- iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e
- iv) Impactos na adoção inicial.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Dos contratos que abrange o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos.

(ii) ICPC 22/IFRIC 23: Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 aprovada em 07/12/2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A interpretação requer que a entidade divulgue:

(a) julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais,

(b) informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção dessas alterações não terão impactos significativos sobre as demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 27.1.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme descrito na nota explicativa nº 11.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos conforme descrito na nota explicativa nº 23.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº21. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa nº 26b.

f) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- Nota explicativa 15 – Ativos judiciais
- Nota explicativa 16 – Ativo contingente

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Riscos de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	51.214	52.785	51.214	52.785
Conta corrente	5.470	3.806	5.470	3.806
Créditos com controladas	84.255	67.728	-	-
Ativos expostos	140.939	124.319	56.684	56.591
Provisão para perdas em investimentos	(74.534)	(67.717)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(6.896)	(9.718)	(6.896)	(9.718)
Fornecedores de investimento	(8.793)	(12.392)	(8.793)	(12.392)
Empréstimos e financiamentos	(59.134)	(42.303)	(59.134)	(42.303)
(-) Operação Swap	23.706	-	23.706	-
Passivos expostos	(125.651)	(132.130)	(51.117)	(64.413)
Exposição líquida	15.288	(7.811)	5.567	(7.822)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	338	317	338	317	12.811	12.659	12.811	12.659
Conta corrente	-	-	-	-	1.412	1.150	1.412	1.150
Créditos com controladas	-	-	-	-	21.744	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(18.770)	(20.471)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(1.592)	(541)	(1.592)	(541)	(2.268)	(2.288)	(2.268)	(2.288)
Fornecedores de investimento	-	(3.122)	-	(3.122)	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(9.148)	(12.788)	(9.148)	(12.788)
	(1.254)	(3.346)	(1.254)	(3.346)	5.781	(1.264)	2.807	(1.267)

A Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição cambial líquida se mantém positiva.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	101.721	-	157.956	10.718	146.051	351	112.413	14.033
Entre um e dois anos	306.842	-	101.268	21.918	252.500	-	78.496	21.334
Entre dois e cinco anos	182.125	-	-	31.294	102.778	-	-	32.001
Acima de cinco anos	3.657	-	-	-	14.836	-	-	8.891
	<u>594.345</u>	<u>-</u>	<u>259.224</u>	<u>63.930</u>	<u>516.165</u>	<u>351</u>	<u>190.909</u>	<u>76.259</u>
	*	1 *	1 *	1 *	11 *	1 *	1 *	1 *

*A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	101.721	-	170.830	10.793	146.051	351	114.569	14.126
Entre um e dois anos	308.134	-	101.268	22.068	253.677	-	78.496	21.478
Entre dois e cinco anos	182.125	-	-	31.506	102.778	-	-	32.217
Acima de cinco anos	3.657	-	-	-	14.836	-	-	8.953
	<u>595.637</u>	<u>-</u>	<u>272.098</u>	<u>64.367</u>	<u>517.342</u>	<u>351</u>	<u>193.065</u>	<u>76.774</u>
	*	*	*	*	**	*	*	*

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de dezembro de 2018 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 6,40% e da Selic para 6,50%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Consolidado em Reais								
	31 de dezembro de 2018	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.292)	Alta CDI	6,40%	(83)	8,00%	(103)	9,60%	(124)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(133.743)	Alta CDI	6,40%	(8.560)	8,00%	(10.699)	9,60%	(12.839)
Debêntures	(295.619)	Alta CDI	6,40%	(23.650)	8,00%	(24.100)	9,60%	(28.379)
	<u>(430.654)</u>			<u>(32.293)</u>		<u>(34.902)</u>		<u>(41.342)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(64.367)	Alta Selic	6,50%	(4.184)	8,13%	(5.230)	9,75%	(6.276)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

		Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
31 de dezembro de 2018		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	51.214	3,850	(328)	4,813	12.804	5,775	25.607
Conta corrente	5.470	3,850	(35)	4,813	1.368	5,775	2.735
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(15.689)	3,850	100	4,813	(3.922)	5,775	(7.845)
Fornecedores de investimento	(8.793)	3,850	56	4,813	(2.198)	5,775	(4.397)
Empréstimos e financiamentos	(59.151)	3,850	379	4,813	(14.788)	5,775	(29.576)
(-) Contrato de Swap	23.706	3,850	(152)	4,813	5.927	5,775	11.853
Exposição líquida	(3.243)		20		(809)		(1.623)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 28 de dezembro de 2018.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários.

Os índices em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	594.345	512.384	595.637	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	63.930	76.259	64.367	76.774
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(67.580)	(78.756)	(82.624)	(94.379)
Créditos com outras pessoas ligadas	(97.941)	(94.651)	(97.941)	(94.651)
Aplicações Financeiras	(7.251)	(6.938)	(7.251)	(6.938)
Dívida líquida	485.503	408.298	472.188	394.367
Total do patrimônio líquido	362.108	285.048	362.120	285.060
Dívida líquida / PL (%)	1,34	1,43	1,30	1,38

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	67.580	78.756	82.624	94.379
Aplicações financeiras	7.251	6.938	7.251	6.938
Derivativos	3.375	-	3.375	-
Custo amortizado				
Créditos com outras pessoas ligadas	97.941	94.651	97.941	94.651
Contas a receber de clientes	222.065	203.703	239.463	218.412
	398.212	384.048	430.654	414.380
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	157.956	147.540	170.830	149.696
Empréstimos, financiamentos e debêntures	594.345	512.384	595.637	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	63.930	76.259	64.367	76.774
	816.231	736.183	830.834	740.031

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2018 foi equivalente a 95,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Conta corrente	12.290	12.801	22.886	15.417
Aplicações financeiras	55.290	65.955	59.738	78.962
	<u>67.580</u>	<u>78.756</u>	<u>82.624</u>	<u>94.379</u>

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em junho de 2018 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada no passivo circulante e não circulante.

A operação de Crédito Exportação (NCE) foi de US\$ 6.100, equivalente a R\$ 23.999 ao custo de 2,10% a.a + LIBOR-03 mais variação cambial, ao ano, com Swap para 100% CDI + 1,40% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais.

No ano somou uma perda não realizado no valor de R\$ 764, conforme nota explicativa nº 33.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	171.741	153.302	188.641	167.560
Mercado externo	51.214	52.785	51.214	52.785
	<u>222.955</u>	<u>206.087</u>	<u>239.855</u>	<u>220.345</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	781	-	1.546	451
	<u>781</u>	<u>-</u>	<u>1.546</u>	<u>451</u>
Impairment de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.671)	(2.384)	(1.938)	(2.384)
	<u>(1.671)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(1.938)</u>	<u>(2.384)</u>
	<u>222.065</u>	<u>203.703</u>	<u>239.463</u>	<u>218.412</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a. Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2017	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	212.671	(509)	0,2%	199.172	-	
Vencidos até 30 dias	7.353	(273)	4%	2.979	(111)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	1.971	(118)	6%	1.354	(142)	10%
Vencidos de 91 a 180 dias	755	(155)	21%	272	(49)	18%
Vencidos de 181 a 360 dias	584	(214)	37%	1.100	(872)	79%
Vencidos há mais de 360 dias	402	(402)	100%	1.210	(1.210)	100%
	<u>223.736</u>	<u>(1.671)</u>	<u>0,7%</u>	<u>206.087</u>	<u>(2.384)</u>	

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2017	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	228.664	(509)	0,2%	213.431	-	
Vencidos até 30 dias	8.099	(328)	4%	3.070	(111)	4%
Vencidos de 31 a 90 dias	2.363	(151)	6%	1.411	(142)	10%
Vencidos de 91 a 180 dias	980	(181)	18%	305	(49)	16%
Vencidos de 181 a 360 dias	804	(278)	35%	1.350	(872)	65%
Vencidos há mais de 360 dias	491	(491)	100%	1.229	(1.210)	98%
	<u>241.401</u>	<u>(1.938)</u>	<u>0,8%</u>	<u>220.796</u>	<u>(2.384)</u>	<u>1,08%</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

A perda estimada da Companhia tem como política da empresa o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos da norma internacional IFRS 9/CPC 48.

O critério utilizado pela companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a companhia realiza o arrasto da carteira.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 76.502 (R\$ 79.332 em 31 de dezembro de 2017).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	179.476	144.331	186.188	144.488
Produtos em processo	7.311	6.207	7.446	6.207
Matérias-primas e materiais de consumo	29.848	31.729	29.970	31.729
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.813)	(7.043)	(9.813)	(7.043)
Importações em andamento	-	3.942	-	3.942
	<u>206.822</u>	<u>179.166</u>	<u>213.791</u>	<u>179.323</u>

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10 Tributos a recuperar ou demais tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante				
ICMS	4.809	5.646	5.275	6.120
IPI (a)	2.655	3.051	2.767	3.399
IRRF/CSRF	512	1.612	549	1.635
IRPJ/CSLL	-	4.034	627	4.050
PIS/COFINS	-	-	422	421
Reintegra (b)	93	-	93	-
Outros	324	153	468	297
	<u>8.393</u>	<u>14.496</u>	<u>10.201</u>	<u>15.922</u>
Não circulante *				
ICMS	3.203	2.728	3.475	2.728
PIS/COFINS	1.812	3.679	1.812	3.679
	<u>5.015</u>	<u>6.407</u>	<u>5.287</u>	<u>6.407</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a. Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b. Reintegra

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste na devolução de parte do montante exportado na forma de crédito tributário para redução de tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2018 os créditos tributários referentes ao Reintegra foram R\$ 93. Em 31 de dezembro de 2017, o valor era R\$ 862 registrados em outros ativos circulantes, sendo reclassificado na rubrica patrimonial em 2018.

11 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deve ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2018, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 97.941 (R\$ 94.651 em 31 de dezembro de 2017) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06, 07 e 08 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

12 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide nota explicativa nº 25) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cível (a)	101.316	78.568	101.316	78.568
Trabalhista	8.848	8.381	8.848	8.381
Tributária	6.785	6.521	6.816	6.552
	116.949	93.470	116.980	93.501

a. A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. No período até 31 de dezembro de 2018 o valor permanece o mesmo.

A Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileira S/A) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada ao procedimento de liquidação de sentença. O acórdão transitou em julgado em julho/2018. A Companhia reafirma sua certeza em relação ao valor ora reconhecido e sua realização em médio prazo.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda	-	2.823	495	2.839	(6.152)	-	(7.527)	(1.284)
Contribuição social	-	1.211	132	1.211	(2.271)	-	(2.788)	(474)
	-	4.034	627	4.050	(8.423)	-	(10.315)	(1.758)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Prejuízos fiscais	10.607	15.288	10.607	15.288
Diferenças temporárias ativas	38.727	21.570	43.081	22.092
Variações cambiais pelo regime de caixa	648	2.873	648	2.873
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.899	1.841	1.899	1.841
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributarias	15.577	8.585	15.577	8.585
Provisão tributária Pis/Cofins - Polo Ativo	6.927	-	6.927	-
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	485	2.116	485	2.116
Prejuízos fiscais em controladas	-	-	4.354	522
Outras diferenças temporárias ativas	13.191	6.155	13.191	6.155
Diferenças temporárias passivas	(51.298)	(51.044)	(51.299)	(51.044)
Portobello previdência	(3.289)	(1.957)	(3.289)	(1.957)
Realização da reserva de reavaliação	(17.871)	(18.481)	(17.871)	(18.481)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	-	(2.591)	-	(2.591)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	-	(7.461)	-	(7.461)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(2.607)	(3.025)	(2.607)	(3.025)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(10.267)	(2.552)	(10.267)	(2.552)
Ajuste a valor presente	(11.862)	(1.405)	(11.864)	(1.405)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(1.043)	(9.213)	(1.042)	(9.213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(1.965)	(14.186)	2.388	(13.664)
Ativo não circulante	-	-	4.353	522
Passivo não circulante	(1.965)	(14.186)	(1.965)	(14.186)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2017	(14.186)	(13.664)
Prejuízos fiscais	(4.681)	(4.681)
Prejuízos fiscais em controladas	-	3.832
Diferenças temporárias ativas	17.156	17.156
Diferenças temporárias passivas	(864)	(864)
Reserva de reavaliação	610	610
Em 31 de dezembro de 2018	(1.965)	2.389

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2018
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(4.681)	(4.681)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(2.226)	(2.226)
Provisão para ajuste a valor de mercado	58	58
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	6.856	6.856
Provisão tributária Pis/Cofins - Polo Ativo	6.927	6.927
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(1.631)	(1.631)
Prejuízos fiscais de controladas	-	3.832
Outras diferenças temporárias ativas	7.173	7.173
	12.476	16.308
Portobello previdência	(1.332)	(1.332)
Realização da reserva de reavaliação	610	610
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(215)	(215)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	-	-
Contingência ativa - Semestralidade do Pis	3.025	3.025
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(55)	(55)
Ajuste a valor presente	362	362
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(2.648)	(2.648)
	(252)	(252)
	12.223	16.055

As diferenças com a relação a nota explicativa 14b estão apresentadas como contingência tributárias conforme nota explicativa 25.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes do imposto	190.408	70.719	196.313	80.992
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(65.352)	(24.044)	(66.747)	(27.537)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	9.785	12.928	-	-
Despesas não dedutíveis	3.059	4.533	3.059	4.533
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(610)	(610)	(610)
Outros	(3.008)	7.193	2.295	6.792
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (corrente e diferido)	(56.125)	(6.583)	(62.002)	(16.822)
Aliquota efetiva	29,5%	9,3%	31,6%	20,8%

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Baseados em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes foi realizado uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, os quais foram submetidos aprovação junto ao Conselho Fiscal, no dia 12 de fevereiro de 2019, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Consolidado
2019	33
2020	682
2021	964
2022	1.125
2023 a 2026	1.550
Total - Ativos diferidos	4.354

15 Ativos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Crédito-prêmio do IPI (a)		
Processo nº 1987.0000.645-9	22.414	21.945
Processo nº 1984.00.020114-0	7.784	7.621
Semestralidade do PIS (b)	-	8.896
Correção cédulas de crédito rural (c)	7.667	7.507
Expurgo do ICMS s/ PIS E COFINS (e)	59.381	
Crédito-premio do IPI - "Polo Ativo"(d)	220.260	-
	317.506	45.969

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 22.414.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o transito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do '*quantum*' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que está atualizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.784.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Semestralidade do PIS

Em 2017 a Companhia reconheceu o ativo referente a Semestralidade do PIS, baseado no trânsito em julgado de maio de 2017, pelo qual obteve-se decisão favorável no Superior Tribunal Federal – STF para reaver valores pagos a maior a título de PIS. Em outubro de 2017, foi dada entrada no pedido de habilitação do crédito, o qual resultou deferido em novembro de 2018.

Em dezembro de 2018, a Companhia compensou integralmente os créditos habilitados com tributos federais.

c) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão liminar para determinar a suspensão do processo de execução individual proposta pela Companhia. O valor atualizado da parcela incontroversa até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.667 (R\$ 7.507 em 31 de dezembro de 2017).

d) Credito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados ‘crédito-prêmio do IPI’ (1998.34.00.029022-4), classificado em março de 2018 como um ativo contingente passou a ser reconhecido no segundo trimestre de 2018 como ativo judicial.

A entrada de benefícios econômicos passou a ser considerada praticamente certa devido a manifestação da União-Fazenda Nacional no referido processo, que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056.

Não cabem recursos adicionais sobre a parcela incontroversa, dado que consumou-se a confissão do devedor – União Federal.

O processo iniciou-se em 1984, já tramitou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia já está promovendo a execução de sentença.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ativo devido em favor da Companhia está quantificado em R\$ 220.260, valor este homologado pelo Juízo da 6ª Vara Federal em sentença no processo de execução.

Concomitante ao reconhecimento do ativo, foi contabilizado no passivo uma obrigação de R\$ 62.008 com a Refinadora Catarinense S/A, inicialmente a parte autora da ação, posto que, em 2002, houve a substituição da titularidade do processo (pólo ativo) e a eleição pela Companhia de utilização destes créditos em compensação tributária. Mencionada operação foi prevista em contrato, formalizada entre as partes, originando o montante devido à mencionada parte relacionada.

Desta forma, o valor do ativo líquido da Companhia é de R\$ 158.252.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado, portanto, esgotaram as possibilidades de recurso contra a decisão judicial. Desta forma, não se admite mais a revisão da determinação do tribunal e também a interposição de novos recursos

Em 14 de agosto de 2018 a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado a fim de que possa utilizar os créditos entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro 2018 fora proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381. A Companhia pretende proceder a realização desses créditos na compensação de tributos federais em relação às competências de janeiro a outubro de 2019.

16 Ativo contingente

A parcela controversa do processo judicial 1998.34.00.029022-4, mencionado na nota explicativa 15 d, é mantida como um ativo contingente, dado que a União-Fazenda Nacional divergiu do montante apurado.

A União Federal alega divergências entre as bases apuradas pela Companhia e as bases da Receita Federal no valor de R\$ 66.056 (base agosto/15). Deste valor a parte líquida que cabe à Companhia é de R\$ 9.908 (base agosto/15) e a diferença é para a Refinadora Catarinense honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2018, o valor é de aproximadamente R\$ 11.665.

Em relação à esta parcela controversa, a Administração mantém o entendimento de que sua realização é provável. E desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento da parcela controversa do ativo.

17 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita*	Resultado*
Em 31 de dezembro de 2017						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	26	67.743	-	(67)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	14.359	8.425	62.772	5.215
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.380	39.900	63.510	32.528
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.079	1.495	9.336	339
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2.121	(2)	-	8
Em 31 de dezembro de 2018						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	18.088	90.818	3.047	(5.156)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	26.912	16.644	76.841	4.334
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	36.089	35.609	65.049	28.377
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	3.312	2.479	10.110	249
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	99,91%	9.461	1.118	1.420	974

As controladas são empresas de capital fechado, cuja a movimentação é a seguinte:

	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2017	Variações cambiais	Integra-lização de capital	Lucro nos estoques	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Varição participação acionária	31 de dezembro de 2018
Investimentos										
Portobello América Inc.	(72.730)	(5.156)	100%	(67.717)	(10.939)	11.082	(1.804)	(5.156)	-	(74.534)
PBTech Ltda.	10.274	4.337	99,94%	5.934	-	-	4.334	-	-	10.268
Portobello Shop S.A.	480	28.405	99,90%	480	-	-	28.377	(28.377)	-	480
Mineração Portobello Ltda.	835	250	99,76%	584	-	-	249	-	-	833
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	8.351	975	99,91%	2.123	5.250	-	974	-	-	8.346
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas			(58.586)	(10.939)	16.332	(1.804)	28.778	(28.377)	-	(54.597)
Participação em controladas			9.131							19.937
Provisão para perdas em investimentos			(67.717)							(74.534)

18 Imobilizado

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	-	13.524	-	13.524
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,88% (*)	203.816	(49.180)	154.636	2,88% (*)	220.830	(57.008)	163.822
Máquinas e equipamentos	15%	584.826	(330.231)	254.594	15%	588.192	(330.275)	257.917
Móveis e utensílios	10%	9.456	(8.568)	888	10%	10.341	(8.773)	1.568
Computadores	20%	25.814	(18.309)	7.505	20%	26.476	(18.390)	8.086
Outras imobilizações	20%	2.253	(252)	2.001	20%	2.754	(302)	2.452
Imobilizações em andamento	-	8.157	-	8.157	-	10.962	-	10.962
		846.925	(406.540)	440.384		873.079	(414.748)	458.331

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado em 2018.

A Companhia possui Operações de Arrendamento Mercantil que serão registradas nas demonstrações contábeis a partir da vigência do Pronunciamento Técnico 06 (CPC 06). Em análise no exercício de 2018 identificou-se que o montante destes bens, direitos e obrigações são pouco relevantes frente aos ativos e passivos da companhia.

b) Movimentação do imobilizado

Controladora					
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transfe rências	Depre ciação	31 de dezembro de 2018
Terrenos	12.141	462	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	161.341	136	348	(6.992)	154.636
Máquinas e equipamentos	230.268	2.246	48.333	(25.744)	254.594
Móveis e utensílios	1.079	-	-	(191)	888
Computadores	4.321	2.648	2.479	(1.942)	7.505
Outras imobilizações	15	164	1.880	(57)	2.001
Imobilizações em andamento	21.957	41.188	(53.040)	-	8.157
	431.122	46.844	-	(34.926)	440.384

Consolidado					
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transfe rências	Depre ciação	31 de dezembro de 2018
Terrenos	13.062	462	-	-	13.524
Edificações e benfeitorias	169.413	607	4.803	(10.475)	163.822
Máquinas e equipamentos	230.269	5.265	48.680	(25.790)	257.917
Móveis e utensílios	1.092	399	293	(216)	1.568
Computadores	4.325	3.179	2.544	(1.961)	8.086
Outras imobilizações	14	666	1.880	(108)	2.452
Imobilizações em andamento	22.420	48.689	(58.200)	-	10.962
	440.595	59.267	-	(38.550)	458.331

No ano de 2018, os investimentos totalizaram R\$ 59 milhões, sendo 71% destinados a planta de Tijucas, 14% para Planta de Marechal Deodoro, 6% na distribuição nos EUA e 9% na implantação e remodelação de lojas próprias.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo dos produtos vendidos	31.088	28.352	31.200	28.352
Despesa comercial	2.450	2.116	5.961	4.835
Despesa administrativa	1.388	1.007	1.395	1.018
	34.926	31.475	38.556	34.205

19 Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	-	150	150
Softwares	20%	24.610	(17.403)	7.207	6.025	(17.524)	8.066	6.025
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	(2.843)	1.231	289
Fundo de comércio	7%	-	-	-	10.512	(667)	9.845	9.681
Softwares em desenvolvimento	-	1.294	-	1.294	1.297	-	1.297	1.504
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(18.887)	-	18.887	(18.887)	-	1.917
		<u>45.941</u>	<u>(37.290)</u>	<u>8.651</u>	<u>60.510</u>	<u>(39.921)</u>	<u>20.589</u>	<u>19.566</u>

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle e aplicativos para ampliar a interação com clientes nas lojas Portobello.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amortizações	Transferências	31 de dezembro de 2018
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	6.025	175	(2.064)	3.057	7.207
Direito exploração de jazidas	-	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	1.398	3.287	-	(3.057)	1.294
Sistema de gestão	1.917	-	(1.918)	-	-
	<u>9.490</u>	<u>3.462</u>	<u>(3.982)</u>	<u>-</u>	<u>8.651</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amortizações	Transferências	31 de dezembro de 2018
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	6.025	770	(2.103)	3.361	8.066
Direito exploração de jazidas	289	1.307	(365)	-	1.231
Fundo de comércio	9.681	831	(667)	-	9.845
Softwares em desenvolvimento	1.504	3.487	-	(3.361)	1.297
Sistema de gestão	1.917	-	(1.917)	-	-
	19.566	6.395	(5.052)	(319)	20.589

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo dos produtos vendidos	809	797	1.195	1.237
Despesa comercial	1.933	2.810	2.617	2.810
Despesa administrativa	1.240	1.759	1.240	1.759
	3.982	5.366	5.052	5.806

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Softwares	2.628	2.418	1.523	938	561	8.068
Direito de exploração de jazidas	392	392	95	68	284	1.231
Fundo de Comércio	702	702	702	702	7.037	9.845
Sistema de gestão	-	-	-	-	-	-
	3.722	3.512	2.320	1.708	7.882	19.144

Os itens marcas e patentes e softwares em desenvolvimento não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

20 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mercado interno	104.038	99.741	116.912	101.897
Mercado externo	7.962	12.672	7.962	12.672
Circulante	112.000	112.413	124.874	114.569
Mercado interno (i)	101.268	78.496	101.268	78.496
Não circulante	101.268	78.496	101.268	78.496
	213.268	190.909	226.142	193.065

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 45.956 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 35.127 em 31 de dezembro de 2017), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Fornecedores de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 10.676 na controladora e R\$ 11.533 no consolidado no passivo circulante (R\$ 19.049 na controladora e R\$ 19.609 no consolidado em 31 de dezembro de 2017), que se referem-se a imobilizações para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21 Empréstimos, financiamentos e debêntures

				Controladora		Consolidado	
	Moeda	Venci- mentos	Encargos	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante							
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	9.796	9.798	9.796	9.798
NCE (b)	R\$	nov-21	8,43% a.a. ¹	42.002	37.954	42.002	37.954
NCE (b)	US\$	jun-21	7,80% a.a. ¹	7.947	-	7.947	-
PRODEC (c)	R\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	14.145	20.489	14.145	20.489
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a. ¹	13.270	17.133	13.270	17.133
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	12.179	10.460	12.179	10.460
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	421	422	421	422
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	976	18.708	976	18.708
Debêntures 2ª série (g)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	985	29.016	985	29.016
Pré-pagamento	US\$	mai-18	0,00% a.a.+VC	-	2.071	-	2.071
Arrendamento financeiro	R\$	mai-18	0,00% a.a.	-	351	-	351
Total do circulante			7,81% a.a. ¹	101.721	146.402	101.721	146.402
Total moeda nacional				81.595	133.871	81.595	133.871
Total moeda estrangeira				20.126	12.531	20.126	12.531
Não circulante							
Capital de Giro	R\$		8,00% a.a.	-	-	1.292	1.177
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	53.792	63.573	53.792	63.573
NCE (b)	R\$	nov-21	7,80% a.a. ¹	67.944	85.278	67.944	85.278
NCE (b)	US\$	jun-21	8,43% a.a. ¹	15.759	-	15.759	-
PRODEC (c)	R\$	mai-22	4,00% a.a. ¹	18.240	25.848	18.240	25.848
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,91% a.a. ¹	18.590	31.721	18.590	31.721
DEG (e)	US\$	out-21	7,68% a.a.+VC	23.249	29.772	23.249	29.772
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.392	1.811	1.392	1.811
Debêntures 1ª série (g)	R\$	jun-21	8,73% a.a.	146.829	71.782	146.829	71.782
Debêntures 2ª série (g)	R\$	jun-23	9,29% a.a.	146.829	56.197	146.829	56.197
Total do não circulante			7,81% a.a. ¹	492.624	365.982	493.916	367.159
Total moeda nacional				453.616	336.210	454.908	337.387
Total moeda estrangeira				39.008	29.772	39.008	29.772
Total Geral			7,81% a.a. ¹	594.345	512.384	595.637	513.561
Total moeda nacional				535.211	470.081	536.503	471.258
Total moeda estrangeira				59.134	42.303	59.134	42.303

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a. Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
		Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418.						
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis da PBG SA no valor de 30% do saldo devedor do
		Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.						
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 25% do saldo devedor do
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	
		(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.						
(c)	PRODEC	-	-	-	48	Bullet	Bullet	-
	(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,06% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.							
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.						
(e)	DEG - Deutsche Investitions	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
		Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda <3X/Liquidez Corrente> 1,1) de "covenants" que foram repactuadas em MAR18 e foram cumpridas.						
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(g)	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A., a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repapramento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas (Dívida Líquida/Ebitda 3X) de "covenants" que foram cumpridas.							

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 39), aval dos controladores e de controlada.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de outubro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2018		146.402		146.402
2019	101.721	125.477	101.721	126.654
2020	197.939	124.204	199.231	124.204
2021 a 2025	294.685	116.301	294.685	116.301
	594.345	512.384	595.637	513.561

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reais	535.211	470.081	536.503	471.258
Dólares dos Estados Unidos	59.134	42.303	59.134	42.303
	<u>594.345</u>	<u>512.384</u>	<u>595.637</u>	<u>513.561</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

b. Debêntures

Em AGE do dia 15 de junho de 2018, foi aprovada a realização, pela Companhia, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	150.110	91.779
Debêntures 2ª série	150.119	86.503
Saldo Bruto	<u>300.229</u>	<u>178.282</u>
Custos de captação	<u>(4.610)</u>	<u>(2.579)</u>
Saldo líquido	<u>295.619</u>	<u>175.703</u>
Circulante	1.962	47.724
Não circulante	293.658	127.979

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Características da Emissão	
Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	476/09	
Código do Ativo	PTBL13	PTBL23
Data de Emissão	27/06/2018	
Data de Vencimento	27/06/2021	27/06/2023
Volume R\$	150.000.000,00	150.000.000,00
Qtde de Debêntures	150.000	150.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00	1.000,00
Forma	Escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 2,20% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 2,75% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 27/12/2018	
Amortização	Valor Nominal Inicial	Valor Nominal Inicial
Atos Societários:	AGE em 15/06/2018	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,00 vezes	

Os recursos obtidos por meio da 3ª Emissão foram destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da emissora e reperfilamento de outros passivos da Emissora.

A 3ª emissão de Debentures possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2018.

22 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	70	63.930	72.602	64.367	73.097
LEI 13.496/17 (b)	ago-17		-	3.657	-	3.677
Total			63.930	76.259	64.367	76.774

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Vencimento 1º Janeiro				
2019	10.718	14.033	10.793	14.126
2020 a 2023 (*)	52.270	53.335	52.570	53.695
2024	942	8.891	1.004	8.953
	63.930	76.259	64.367	76.774
Circulante	10.718	14.033	10.793	14.126
Não circulante	53.212	62.226	53.574	62.648

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.718 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 14.033 em 31 de dezembro de 2017 para a Controladora e R\$ 10.793 e R\$ 14.126 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 23).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 15.

b) Lei 13.496/17 (PERT - Programa de Regularização Tributária)

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/17. Em novembro de 2017 os cálculos dos débitos foram finalizados e foram parcelados através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) débitos federais no valor de R\$ 3.865 já considerando as benesses previstas na lei. No 4T17 o reconhecimento desses débitos impactou no resultado em outras despesas Operacionais no valor de R\$ 3.193 e em Despesas Financeiras R\$ 672. Em Jan/18 a Companhia revisou as condições do parcelamento antes de realizar a consolidação, onde decidiu-se retroagir na adesão ao parcelamento, pois os débitos escolhidos estão sob a administração da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), que não permite o uso de prejuízo fiscal de controladas para quitação desse parcelamento, o que era um dos objetivos da Companhia. A decisão foi baseada também, na expectativa de sucesso dos débitos inicialmente escolhidos, visto que os mesmos estão em discussão judicial. Em março de 2018 a Companhia reverteu os débitos reconhecidos, bem como as benesses do parcelamento.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório advocatício Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia irressignada com a decisão de parcial provimento teve seu Recurso Especial admitido e mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 29.433 em 31 de dezembro de 2018, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 15 d.

24 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2018 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IRRF	2.177	2.420	2.688	2.721
ICMS	1.161	6.304	1.224	6.325
PIS/COFINS	62	5.404	492	5.801
Outros	209	302	334	426
	<u>3.609</u>	<u>14.430</u>	<u>4.738</u>	<u>15.273</u>

25 Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.
Demonstrativo da movimentação das provisões:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	19.581	8.733	19.581	8.733
Trabalhistas	18.397	14.959	18.397	14.959
Previdenciários	6.836	-	6.836	-
Tributárias	94.761	4.491	94.791	4.522
	<u>139.575</u>	<u>28.183</u>	<u>139.605</u>	<u>28.214</u>

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	-	4.522	28.214
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	13.043	5.328	6.836	90.269	115.476
Provisões adicionais	22.154	2.981	2.489	90.269	117.893
Reversões por não utilização	(10.323)	(567)	-	-	(10.890)
Atualização monetária (Reversão)	1.212	2.914	4.347	-	8.473
Reversões por realização	(2.195)	(1.890)	-	-	(4.085)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>19.581</u>	<u>18.397</u>	<u>6.836</u>	<u>94.791</u>	<u>139.605</u>

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 436 ações cíveis (388 ações em 31 de dezembro de 2017), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 324 reclamações trabalhistas (324 reclamações em 31 de dezembro de 2017), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia, reconheceu no primeiro trimestre de 2018 a provisão destes débitos, no valor total de R\$ 6.836, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.235.

Tributárias

Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias o montante de R\$ 74.180 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Polo Ativo, mencionado na nota explicativa nº 15d).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

26 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a. Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	3.844	3.764	3.844	3.773
Trabalhistas	7.315	7.278	7.315	7.366
	11.159	11.042	11.159	11.139

b. Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais. Dito processo administrativo encontra-se na delegacia de julgamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil para julgamento da impugnação.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

27 Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência privada

Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil, e conta com 3.075 participantes ativos e 21 aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2017	67.600	60.290	Em 31 de dezembro de 2017	61.842	55.921
Benefícios pagos no ano	(1.662)	(1.463)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.140	1.140
Contribuições participante vertidas no ano	1.257	1.199	Juros sobre obrigação atuarial	5.962	5.392
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	799	649	Benefícios pagos no ano	(1.662)	(1.463)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	6.518	5.813	Obrigações - (ganho) ou perda	(4.678)	852
Ativos - ganho ou (perda)	(2.233)	1.112			
Em 31 de dezembro de 2018	72.279	67.600	Em 31 de dezembro de 2018	62.604	61.842

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor justo dos ativos do plano	72.279	67.600	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(4.678)	851
Valor presente das obrigações financiadas	(62.604)	(61.842)	Ganho (perda) nos ativos do plano	2.233	(1.112)
Ativo (passivo) atuarial líquido	9.675	5.758	Ganho (perda) atuarial	(2.445)	(261)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.140)	(1.140)
Juros sobre as obrigações atuariais	(5.962)	(5.392)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	6.518	5.813
Contribuições de participantes no ano	1.257	1.199
Ganho (perda) atuarial	673	480

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2018 uma receita de R\$ 673 (R\$ 480 em 31 de dezembro de 2017), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 32).

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	9,71% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,99%a.a. real)	9,64% a.a. nominal (inflação+ 4,92%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	4,50% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	13,22%	21%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

27.2 Despesas de benefícios a empregados

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Remuneração	153.976	137.906	172.695	152.345
Benefícios	-	-	-	-
Plano de previdência	1.120	907	1.155	922
FGTS	13.045	11.483	14.960	12.969
Outros	21.156	19.003	23.173	20.363
Total	* 189.297	169.299	211.983	186.599

28 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 162 na controladora e no consolidado (R\$ 1.935 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

Após as deliberações da AGO, realizada em 30 de abril de 2018 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 10.000, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. Assim a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor total de R\$ 140.000 (R\$ 130.000 em 31 dezembro de 2017), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2018 havia 73.786.991 ações em circulação, o equivalente a 46% do total de ações emitidas (72.982.224 em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 46,05% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 25.140 (R\$ 18.426 em 31 de dezembro de 2017) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 114.921 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2018, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019. Desta forma, o saldo atual da Reserva é R\$ 95.897 (R\$ 30.162 em 31 de dezembro de 2017).

29.3 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2017	35.876	(29.523)	(10.525)	(4.172)
Realização da reserva de reavaliação	(1.186)	-	-	(1.186)
Ganho (perda) atuarial	-	-	2.445	2.445
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	(10.939)	-	(10.939)
Em 31 de dezembro de 2018	34.690	(40.462)	(8.080)	(13.852)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em dezembro de 2018 o montante foi de R\$ 10.939, conforme nota explicativa nº 17a).

c) Outros resultados abrangentes

Estão contemplados nesta rubrica os ganhos e perdas patrimoniais do plano de previdência privada. Durante o exercício de 2018, a avaliação atuarial apurou um ganho de R\$ 2.445 (vide nota explicativa 27.1).

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita bruta de vendas	1.208.414	1.172.405	1.321.346	1.277.945
Deduções da receita bruta	(254.343)	(242.587)	(267.156)	(254.008)
Impostos sobre vendas	(216.108)	(216.792)	(228.921)	(226.509)
Devoluções	(38.235)	(25.795)	(38.235)	(27.499)
Receita líquida de vendas	954.071	929.818	1.054.190	1.023.937
Mercado interno	776.709	746.880	868.678	840.999
Mercado externo	177.362	182.938	185.512	182.938

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(645.055)	(603.886)	(648.590)	(606.917)
Com Vendas	(231.055)	(204.156)	(285.619)	(246.510)
Gerais e Administrativas	(38.673)	(35.251)	(45.458)	(35.877)
	<u>(914.783)</u>	<u>(843.293)</u>	<u>(979.667)</u>	<u>(889.304)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	378.733	326.320	368.963	316.962
Salários, encargos e benefícios a empregados	230.150	207.862	259.168	229.333
Mão de obra e serviços de terceiros	70.157	63.712	72.292	65.167
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	46.361	44.473	46.591	44.473
Custo das mercadorias revendidas	38.145	48.461	48.257	59.624
Amortização e depreciação	38.908	36.841	43.609	40.011
Outras despesas comerciais	29.188	29.447	42.955	37.539
Comissões sobre vendas	29.139	27.122	32.293	29.603
Despesas com marketing e publicidade	31.664	24.471	37.434	28.070
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	17.243	16.368	17.243	16.368
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	12.441	11.153	17.831	14.741
Outras despesas administrativas	7.114	5.463	7.491	5.751
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(14.460)	1.600	(14.460)	1.662
Total	<u>914.783</u>	<u>843.293</u>	<u>979.667</u>	<u>889.304</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	494	647	516	647
Venda Imobilizado	175	-	175	-
Créditos tributários	-	8.735	-	8.735
Ativo judicial Correção cédulas de crédito rural (NE 15 c)	-	7.507	-	7.507
Reversão provisão para contingência	-	20.247	-	20.247
Créditos tributários extemporâneos	867	1.146	867	1.146
Atualização atuarial (NE 27.1)	1.472	1.128	1.472	1.128
Outras receitas (a) e (b)	207.938	1.587	208.166	2.546
Total	210.946	40.997	211.196	41.956
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(38.822)	(2.131)	(38.825)	(1.991)
Provisão para incentivo de longo prazo	1.773	5.377	1.773	5.377
Provisão para participação no resultado (c)	(487)	(10.191)	(750)	(10.500)
Lei 13.496 (PERT)	3.193	(3.193)	3.193	(3.193)
Revisão do saldo do empréstimo compulsório Eletrobrás (NE 13)	-	(8.092)	-	(8.092)
Custo de ociosidade	(2.141)	(8.579)	(2.141)	(8.579)
Tributos sobre outras receitas	(257)	-	(263)	-
Outras despesas	(2.942)	(206)	(4.302)	(605)
Total	(39.683)	(27.015)	(41.315)	(27.583)
Total líquido	171.263	13.982	169.881	14.373

(a) Crédito Premio IPI "Polo Ativo", líquido de Refinadora Catarinense e honorários de sucesso

(b) Créditos tributários referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

33 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é o seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras				
Juros	4.580	8.116	5.052	8.807
Atualização de ativos	4.171	8.532	4.171	8.532
Reversão atualização de contingência (a)	-	6.320	-	6.320
Resultado de operação de Swap	1.836	-	1.836	590
Outros	6	1.217	159	643
Total	10.593	24.185	11.218	24.892
Despesas financeiras				
Juros	(22.533)	(30.375)	(22.723)	(30.423)
Encargos financeiros com tributos	(5.879)	(4.903)	(5.913)	(4.546)
Atualização de provisões para contingências	(3.692)	(2.310)	(3.692)	(2.320)
Comissões e taxas de serviços	(4.039)	(5.306)	(4.865)	(6.073)
Despesas bancárias	(458)	(587)	(463)	(588)
Revisão Saldo do empréstimo compulsório Eletrobras	-	(11.294)	-	(11.294)
Reversão de ganho financeiro com Impostos	-	(4.730)	-	(4.730)
Adesão ao parcelamento da Lei 13.496 (PERT)	-	(672)	-	(1.074)
Resultado de operação de Swap	(2.600)	(2.697)	(2.600)	(2.699)
Juros sobre debêntures	(25.544)	(26.909)	(25.544)	(26.909)
Outros	(2.190)	(2.193)	(2.734)	(2.240)
Total	(66.935)	(91.976)	(68.534)	(92.896)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	14.620	(439)	14.620	(429)
Empréstimos e financiamentos	(5.395)	419	(5.395)	419
Total	9.225	(20)	9.225	(10)
Total líquido	(47.117)	(67.811)	(48.091)	(68.014)

(a) Reversão das atualizações de provisão para contingências referente processo cível de 2001 R\$ 2,9 MM e referentes o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins R\$ 3,3 MM.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

34 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	134.282	64.136
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro básico por ação	0,84726	0,40467

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

35 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2018, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 31.892. Destes R\$ 2.612 e R\$ 7.283 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de dividendos e juros sobre capital próprio, respectivamente, em 29 de agosto de 2018. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 22.007, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	134.282	64.136
Constituição da reserva legal (5%)	(6.714)	(3.207)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	127.568	60.929
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	16.564	9.614
Dividendos mínimos obrigatórios	15.328	5.618
Dividendos adicionais propostos	-	15.232
Total dos dividendos anuais	31.892	30.464

36 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	868.678	185.512	1.054.190	840.999	182.938	1.023.937
Custo dos produtos vendidos	(527.894)	(120.696)	(648.590)	(492.335)	(114.582)	(606.917)
Lucro operacional bruto	340.784	64.816	405.600	348.664	68.356	417.020
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(123.022)	(38.174)	(161.196)	(231.810)	(36.204)	(268.014)
Vendas, gerais e administrativas	(292.903)	(38.174)	(331.077)	(246.183)	(36.204)	(282.387)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	169.881	-	169.881	14.373	-	14.373
Resultado operacional antes do resultado financeiro	217.762	26.642	244.404	116.854	32.152	149.006
% sobre a ROL	25%	14%	23%	14%	18%	15%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. A Companhia exporta para 71 países, com mais destaque para os países Argentina e U.S.A.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

37 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2018, somam o montante de R\$ 19.637, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 873 e R\$ 892 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 904 e R\$ 1.851 respectivamente.

38 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza é de R\$ 250.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 18.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2018 até 13 de junho de 2019.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a Generali Brasil Seguros S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 26 de agosto de 2018 até 26 de agosto de 2019.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

39 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Controladora	
Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Controladas			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	28.377	32.529
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	3	127
Contas a receber	Portobello América, Inc.	84.255	67.728
Contas a pagar líquido de adiantamentos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	481	(2.771)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	752	-
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Mineração Portobello Ltda.	-	449
Ativos líquidos dos passivos com controladas		113.868	98.062
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Créditos pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	97.941	94.651
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(62.008)	(62.008)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	-	(238)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	-	(456)
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns S/A	958	1.054
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	307	-
Contas a pagar	Neo way	122	-
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		37.332	33.003

		Acumulado	
Natureza - Resultado	Empresa	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	34.144	24.094
Venda de produtos	Portobello América, Inc.	6.522	-
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	30.448	22.984
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	11.152	10.282
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(2.447)	(9.359)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	(469)	(432)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(6.042)	(5.407)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(9.119)	(3.913)
Serviço Software	Neoway Tecnologia	(239)	-
		63.950	38.249

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 21).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Patrimonial			Resultado		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	938	380	Royalties	6.282	4.566
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	393	286	Royalties	2.830	2.020
		<u>1.331</u>	<u>666</u>		<u>9.112</u>	<u>6.586</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas à pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Remuneração fixa				
Salários	13.961	12.122	15.875	13.811
Honorários	4.794	5.522	4.859	5.522
Remuneração variável	1.652	5.092	1.891	5.449
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	6	-
Plano de previdência	930	739	996	749
Outros	2.009	1.916	2.173	2.107
	<u>23.346</u>	<u>25.391</u>	<u>25.801</u>	<u>27.638</u>

40 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício de 2018 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital na PBG	(10.000)	(10.000)